

-----**ATA N.º 20/2013**-----

-----Aos 14 dias do mês de agosto de 2013, pelas 10h, no Salão Nobre dos Paços do Município de Celorico da Beira, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência do Senhor Presidente, José Francisco Gomes Monteiro, estando também presentes os Senhores Vereadores: -----

-----José Luís Saúde Cabral;-----

-----Victor Martins Santos. -----

-----Faltaram a esta reunião os Senhores Vereadores António Graça Silva e João Manuel Duarte. -----

-----A reunião foi secretariada por Sónia Cristina de Almeida Salgado Fernandes.-----

-----Verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião. -----

-----**JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS**-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** deu conhecimento e colocou à discussão os seguintes pedidos de justificações de faltas: -----

-----**Reunião do dia 7/8/2013:**-----

-----Apresentaram justificação de falta, o Senhor Presidente da Câmara Municipal e o Senhor Vereador José Luís Saúde Cabral, por se encontrarem em representação do Município; -----

-----Deu conhecimento de que o Senhor Vereador João Duarte não pode comparecer à reunião por motivos profissionais.-----

-----**Reunião do dia 14/8/2013:**-----

-----Deu conhecimento de que o Senhor Vereador João Duarte não pode comparecer à presente reunião, por motivos profissionais. -----

-----**A Câmara deliberou, aceitar os pedidos, considerando as faltas devidamente justificadas.**-----

-----**APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 17/7/2013**-----

-----Foi presente a ata n.º 18, da reunião ordinária do Executivo de 17/7/2013, cujo texto foi previamente distribuído por todos os membros, para retificação e posterior aprovação.-----

-----**Dispensada a sua leitura, foi a mesma aprovada, por maioria, com uma abstenção do Senhor Vereador Victor Santos, por não ter estado presente na referida reunião.**-----

-----**INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

-----Nos termos do n.º 2 e 5, do art.º 84.º, da Lei n.º 169/99, de 18/09, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A, barra, dois mil e dois de onze de Janeiro, o Senhor Presidente da Câmara, concedeu um período para intervenção do público, não tendo havido inscrições.-----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----Iniciados os trabalhos, o Senhor Presidente da Câmara questionou se algum dos Senhores Vereadores tinha algum assunto a colocar perante o Executivo.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** deu conhecimento dos seguintes assuntos:-----

-----Mapa relativo ao ponto de situação das candidaturas do Município, documento cuja cópia se anexa a esta ata, considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião;-----

-----Relatório do Programa “Aqui Portugal”, transmitido pela RTP.-----

-----De seguida, colocou à consideração dos Senhores Vereadores a alteração da data da próxima reunião de Câmara, passando a ser no dia 28/8/2013, ao invés de no dia 21/8/2013, para que não fique um espaço de tempo tão curto entre reuniões. -----

-----Relativamente à alteração da data da reunião, o Senhor **Vereador Victor Santos** disse que mesmo em final de mandato, não tem qualquer objecção à alteração da mesma, pese embora, a documentação lhe continue a chegar tardiamente. Na sua opinião, no próximo mandato esta situação deveria ser sanada, sugerindo que o dia agendado para as reuniões fosse alterado.-----

-----Disse que o munícipe Fernando Fonseca apresentou um requerimento para revisão da sua renda social, pretendendo saber qual o ponto de situação. -----

-----De seguida, pretendeu saber se o Município tem ou não, alguma dívida direta ou indireta, para com a Jurista desta Câmara Municipal, uma vez que, alegadamente, a mesma referiu em público, que a Câmara Municipal teria uma dívida para com a sua pessoa. Questionou também, se para além da avença, existiram ou não, pagamentos pelas ações da Jurista em Tribunal e qual o valor desses pagamentos. -----

-----Foi esclarecido pelo Senhor **Presidente da Câmara** que o envio das convocatórias e da documentação é feito dentro dos prazos legais. -----

-----Relativamente ao pedido de revisão de renda social, disse que o Gabinete de Ação Social está a analisar todas as situações, para que posteriormente se possa pronunciar. -----

-----Sobre a Jurista da autarquia, disse que não existe qualquer débito para com a mesma. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** solicitou cópia do contrato de prestação de serviços da Jurista da Câmara Municipal.-----

-----Pretendeu também saber, qual o ponto de situação relativamente a uma dívida ao empreiteiro do Fornotelheiro, Senhor Júlio Santos, que não foi reconhecida pela Câmara Municipal e que terá avançado para Tribunal. -

-----Em resposta, o Senhor **Presidente da Câmara** disse que o processo está a correr termos em Tribunal. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** questionou se existiu ou não, um pagamento à Jurista desta Câmara Municipal, relativamente a honorários do processo referido anteriormente. -----

-----O Senhor **Vereador José Luís Cabral** referindo-se ao Programa “Aqui Portugal”, emitido pela RTP1, que decorreu em Celorico da Beira e o qual teve uma duração de 6h, disse que foi uma mais-valia para o concelho, uma vez que foi feita uma promoção do mesmo e foi devidamente publicitado. Disse que esta promoção levou ao aumento de turistas ao concelho, bem como, da parte de hotelaria e restauração. -----

-----Relativamente às despesas inerentes à transmissão do Programa, deu conhecimento de que foram gastos 1.106,96€, que diz respeito a hotelaria, restauração e publicidade do programa. Deu conhecimento de um *email* por parte da RTP, no qual agradecem a atenção e cuidados prestados à equipa. O mesmo *email* refere ainda, que a audiência do Aqui Portugal neste fim de semana foi superior a 20%. -----

#### -----**ASSUNTOS NÃO AGENDADOS**-----

-----Por ter sido reconhecida a urgência de deliberação imediata sobre outros assuntos foi deliberado, por maioria, com uma abstenção do Senhor Vereador Victor Santos, incluir na ordem de trabalhos os seguintes pontos:-

-----ACIDENTE OCORRIDO NA ROTUNDA DO MONUMENTO DE HOMENAGEM DO CENTENÁRIO DA IMPLANTAÇÃO DA REPÚBLICA – PAGAMENTO DE DANOS;-----

-----ALTERAÇÃO DA DATA DA REUNIÃO DE CÂMARA DO DIA 21/8/2013 PARA O DIA 28/8/2013.-----

-----ORDEM DO DIA-----

-----1 - STAL GUARDA-----

-----ASSUNTO: CARTA ABERTA SOBRE O QUE ESTE GOVERNO PRETENDE IMPOR AOS TRABALHADORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA -----

-----Foi presente *email* proveniente do STAL da Guarda, com registo de entrada n.º 6396, datado de 15/7/2013, remetendo para conhecimento, carta aberta sobre o que este Governo pretende impor aos trabalhadores da Administração Pública, e em particular aos da Administração Local, ou seja, um pacote de medidas que elimina e reduz direitos laborais e sociais inalienáveis, conquistados ao longo de décadas pela luta dos trabalhadores.

-----1.1 ASSUNTO: CARTA ABERTA "STAL REPUDIA AMEAÇAS ANTIDEMOCRÁTICAS DE ASSUNÇÃO ESTEVES" -----

-----Foi presente *email* proveniente do STAL da Guarda, com registo de entrada n.º 6395, datado de 15/7/2013, remetendo para conhecimento, carta aberta dirigida à Senhora Presidente da Assembleia da República, relativamente ao assunto em tópico. -----

-----1.2 ASSUNTO: NOTA DE IMPRENSA "STAL FAZ DERRADEIRO APELO À REJEIÇÃO DA LEI DOS COMPROMISSOS E DO AUMENTO DO HORÁRIO DE TRABALHO" -----

-----Foi presente *email* proveniente do STAL da Guarda, com registo de entrada n.º 6737, datado de 29/7/2013, remetendo para conhecimento, nota de imprensa, relativamente ao assunto em epígrafe. -----

-----**2 - CENTRO RECREATIVO CULTURAL QUINTÃS DE CIMA E DE BAIXO**-----

-----**ASSUNTO: AUTORIZAÇÃO PARA UM CORTE DE TRÂNSITO EM QUINTÃS DE CIMA - RATIFICAÇÃO DE DESPACHO**-----

-----Foi presente para ratificação despacho do Senhor Vice-Presidente da Câmara do dia 7/8/2013, que deferiu o pedido de corte do arruamento, designado por Rua do Soito, na Aldeia das Quintãs de Cima, nos dias 9, 10, 11 e 12 de agosto de 2013, das 20:00h até às 02:00h, para a realização das Festas da Nossa Senhora da Saúde, apresentado pelo Centro Recreativo Cultural Quintãs de Cima e de Baixo. -----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do Senhor Vice-Presidente da Câmara, relativo ao pedido de corte do arruamento designado por Rua do Soito, na Aldeia das Quintãs de Cima, nos dias 9, 10, 11 e 12 de agosto de 2013, das 20:00h até às 02:00h, para a realização das Festas da Nossa Senhora da Saúde.**-----

-----**3 - DIVISÃO DE OBRAS PARTICULARES E MUNICIPAIS**-----

-----**ASSUNTO: CONSTITUIÇÃO DA EQUIPA DE FISCALIZAÇÃO DA EMPREITADA "BENEFICIAÇÃO DA EN16 (CELORICO - LIMITE DO CONCELHO - GUARDA)**-----

-----Foi presente informação da Divisão de Obras Particulares e Municipais, com registo interno n.º 2516, datada de 23/7/2013, com o seguinte teor:-----

-----“Relativamente à empreitada “Beneficiação da EN 16 (Celorico – Limite do Concelho – Guarda)”, proponho que seja formalmente constituída

a seguinte equipa para efetuar a fiscalização da obra, por forma a dar início à execução da referida empreitada: -----

-----Para cumprimento do n.º 2, do artigo 9.º, da Lei n.º 273/2003, de 29/10, conjugado com o artigo 17.º, do mesmo diploma, o Coordenador de Segurança e Saúde em Obra: Delfina Maria Gil Fonseca, Engenheira Civil; -

-----Para cumprimento do artigo 15.º, da Lei n.º 31/2009, de 3/7, conjugado com o n.º 2, do artigo 344.º do Código dos Contratos Públicos, o Diretor de Fiscalização de Obra: Delfina Maria Gil Fonseca, Engenheira Civil; - -----

-----Para efetuar trabalhos de medição e/ou orçamentos: o Sr. José Mário Coutinho Caldeira e o Sr. Rui Jorge Achando Gomes, Medidores-orçamentistas; -----

-----Para efetuar trabalhos de topografia: o Sr. José António da Cruz Tomás, Topógrafo; -----

-----Junto se remete para aprovação pelo dono da obra, Plano de Segurança e Saúde da referida empreitada, conforme previsto no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29/10, que posteriormente será tecnicamente validado pelo Coordenador de Segurança e Saúde nomeado por V.Ex.<sup>a</sup>. -----

-----Proponho ainda que se submeta para aprovação o Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição.”-----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** reiterou novamente o facto de o executivo aprovar o Plano de Segurança e Saúde da empreitada, sem que antes, tenha sido validado pela técnica que irá ser nomeada.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** disse que esta aprovação está de acordo com a Lei, ou seja, o coordenador de segurança e saúde em obra é nomeado e logo de seguida é também aprovado o Plano de Segurança e Saúde, bem como, o Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos e Demolição. Acrescentou ainda, que o Plano de Segurança e Saúde depois

de validado pela técnica nomeada, apenas voltará a reunião se não estiver em conformidade.-----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** considera que este processo não faz qualquer sentido, acrescentando que em termos processuais, existe um técnico que se está a substituir ao Senhor Presidente da Câmara. -----

-----De seguida, apresentou a seguinte declaração: -----

-----“Face a tudo aquilo que foi aqui mais uma vez conversado, vou votar contra, uma vez que o processo de tomada de decisão neste órgão, não tem qualquer validação técnica prévia. Sendo na minha opinião, de uma irresponsabilidade grave deste executivo, a forma como aprova documentos sem qualquer suporte técnico para as suas decisões.”-----

-----O Senhor **Vereador José Luís Cabral** disse que na informação técnica é proposto para aprovação que seja constituída uma equipa de fiscalização para a referida empreitada, situação esta, que está devidamente documentada e de acordo com a Lei. Num segundo, ponto é proposto a aprovação do Plano de Segurança e Saúde, que depois será validado pela técnica nomeada. Disse que segundo o Senhor Vereador Victor Santos este segundo ponto não deveria ser aprovado nesta fase, no entanto, deu como exemplo o facto de estarem numa situação de não poderem reunir por falta de quórum e aí sim, seria uma irresponsabilidade do executivo ter uma equipa de fiscalização nomeada e não poder aprovar os referidos planos. Acrescentou ainda, que a técnica e de acordo com as suas habilitações já analisou o plano e se existisse alguma incongruência, a mesma já teria alertado para essa situação. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** reafirmou que não está contra a nomeação da equipa de fiscalização, até porque, este ato administrativo é independente do ato administrativo de aprovação dos Planos de Segurança e Saúde das obras que fazem neste concelho. Estas aprovações são dois



atos administrativos distintos. A informação técnica em apreço remete para três atos administrativos, ou seja, três aprovações, sem qualquer avaliação técnica dos planos que propõe serem aprovados. -----

-----Continuou dizendo, que existe uma obrigatoriedade legal de aprovação do Plano de Segurança e Saúde da obra, mas não nesta fase.---

-----Foi solicitada a presença nesta reunião da Eng.ª Delfina Fonseca, para prestar esclarecimentos sobre este assunto. -----

-----A Técnica começou por explicar que nesta informação é proposto a aprovação da equipa de fiscalização para a referida empreitada. De seguida, é proposto que seja aprovado pelo dono da obra, que neste caso é o executivo municipal, o Plano de Segurança e Saúde, que posteriormente será validado pela técnica nomeada. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** disse que de acordo com o n.º 1, do art.º 12.º, do DL n.º 273/2003, de 29/10, o desenvolvimento e as alterações do plano de segurança e saúde referidos nos n.ºs 1 e 3 do artigo anterior devem ser validados tecnicamente pelo coordenador de segurança em obra e aprovados pelo dono da obra, passando a integrar o plano de segurança e saúde para execução da obra, ou seja, numa primeira fase seria aprovada a equipa de fiscalização, posteriormente, noutra reunião, seria aprovado o referido plano, após validação da técnica nomeada. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** disse que de facto o Senhor Vereador Victor Santos tem alertado para esta situação, mas depois de questionados os serviços relativamente aos procedimentos administrativos, o mesmo foi informado de que estariam de acordo com a Lei. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** disse que caso não haja nada em contrário na Lei foi efetuado um ato administrativo ilegal. -----

-----O Senhor **Vereador José Luís Cabral** solicitou que a Técnica elabore uma informação relativamente ao Plano de Segurança e Saúde da obra e dê conhecimento da mesma aos Senhores Vereadores. -----

-----A Câmara deliberou, por maioria, com um voto contra do Senhor Vereador Victor Santos, aceitar a proposta apresentada na informação técnica, integrando a equipa de fiscalização da empreitada “Beneficiação da EN 16 (Celorico – Limite do Concelho – Guarda)”, os seguintes técnicos: -----

-----Coordenador de Segurança e Saúde em Obra: Delfina Maria Gil Fonseca, Engenheira Civil; -----

-----Diretor de Fiscalização da Obra: Delfina Maria Gil Fonseca, Engenheira Civil; -----

-----Trabalhos de medição e/ou orçamentos: José Mário Coutinho Caldeira e Rui Jorge Achando Gomes, Medidores-orçamentistas; -----

-----Trabalhos de topografia: José António da Cruz Tomás, Topógrafo. -----

-----Mais foi deliberado aprovar o Plano de Segurança e Saúde da referida empreitada, bem como, o Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição. -----

### -----3.1 **ASSUNTO: CERTIDÃO DE DISPENSA DE LICENÇA DE UTILIZAÇÃO**-----

-----**Requerente: Hercílio Azevedo Ribeiro**-----

-----Foi presente requerimento n.º 1114, datado de 2/7/2013, relativo ao processo n.º 25/2013, em nome de Hercílio Azevedo Ribeiro, pretendendo que lhe seja emitida uma certidão de dispensa de licença de utilização, para um edifício, sito em S. Lourenço, freguesia de Linhares da Beira, inscrito sob o artigo matricial n.º 824, por o mesmo ter sido construído antes de 1981 e não ser exigida licença de habitação, pelo facto de ter sido

construído antes da data da aprovação do Regulamento das Edificações Urbanas, de acordo com o parágrafo único do art.º 1.º, do RGEU, o qual só se aplicou a este local por deliberação municipal de 27/03/81.-----

-----De acordo com o parecer dos Serviços Técnicos, o Fiscal Municipal refere que o mesmo foi construído antes de 1981. Informa ainda, que de acordo com a informação interna n.º 2200, datada de 3/7/2013, não se verifica a existência de nenhum processo de obras. -----

-----No entanto, a Caderneta Predial Urbana emitida pelos Serviços de Finanças de Celorico da Beira, descreve que a edificação foi inscrita em 2012 e que se reporta a uma habitação. -----

-----Informa ainda, que pelas confrontações descritas no referido documento das finanças o imóvel não tem acesso direto para chegar à edificação, pelo que, parece-lhe ser de deferir a pretensão quanto à idade da construção do imóvel. Quanto ao acesso parece-lhe não interferir com o solicitado pelo requerente.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** disse que não há qualquer inconveniente quanto à emissão da certidão de dispensa de licença de utilização, no entanto, atendendo às confrontações constantes na caderneta predial urbana, propôs que este assunto fosse retirado da ordem de trabalhos, devendo ser solicitado ao requerente, que venha prestar os esclarecimentos solicitados no âmbito deste processo. -----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, retirar este assunto da ordem de trabalhos, devendo ser solicitado ao requerente, que venha prestar os esclarecimentos solicitados no processo.**-----

-----**3.2 ASSUNTO: CERTIDÃO DE DISPENSA DE LICENÇA DE UTILIZAÇÃO**-----

-----**Requerentes: Herdeiros de António da Silva Albuquerque** -----

-----Foi presente requerimento n.º 1167, datado de 31/7/2013, relativo ao processo n.º 11/2013/30, em nome de Herdeiros de António da Silva Albuquerque, pretendendo que lhes seja emitida uma certidão de dispensa de licença de utilização, para um edifício, sito na Rua da Nogueirinha, freguesia de S. Pedro, inscrito sob o artigo matricial n.º 762, por o mesmo ter sido construído antes de 1981 e não ser exigida licença de habitação, pelo facto de ter sido construído antes da data da aprovação do Regulamento das Edificações Urbanas, de acordo com o parágrafo único do art.º 1.º, do RGEU, o qual só se aplicou a este local por deliberação municipal de 27/03/81.-----

-----Atendendo à informação com o registo de entrada n.º 2620, datada de 2/8/2013, refere que o mesmo foi construído antes de 1951. Informa ainda, que de acordo com a informação interna n.º 2612, datada de 1/8/2013, não se verifica a existência de nenhum processo de obras.-----

-----No entanto, a Caderneta Predial Urbana emitida pelos Serviços de Finanças de Celorico da Beira, descreve que a edificação foi inscrita em 1987 e que se reporta a uma habitação e arrumos, pelo que, parece-lhe ser de deferir a pretensão dos requerentes.-----

-----**Sendo que a informação apresentada refere que a edificação foi construída antes de 1951, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a petição dos requerentes.**-----

-----**3.3 ASSUNTO: CERTIDÃO DE COMPROVAÇÃO DE CONSTRUÇÃO ANTERIOR A 1981**-----

-----**Requerente: António de Jesus Saraiva**-----

-----Foi presente requerimento n.º 1153, datado de 25/7/2013, relativo ao processo n.º 11/2013/29, em nome de António de Jesus Saraiva, pretendendo que lhe seja emitida uma certidão de comprovação de construção anterior a 1981, para um edifício, sito no Sítio do Castanheiro – Vale da Ribeira, freguesia de Mesquitela.-----

-----Atendendo o teor das informações prestadas em 25/7/2013 pelo fiscal municipal e pela assistente técnica, resultando da análise dos documentos apresentados, designadamente os da Autoridade Aduaneira e Tributária, que a edificação foi inscrita naquela entidade em 1981, propõe que se defira a pretensão do requerente. -----

-----**Atentas as informações prestadas, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a pretensão do requerente.** -----

-----**3.4 ASSUNTO: LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO - RATIFICAÇÃO DE DESPACHO**-----

-----**Requerente: Sociedade de Construções Soares da Costa**-----

-----Foi presente ofício da empresa Soares da Costa, com registo n.º 1148, de 18/7/2013, relativo ao processo n.º 32/2013, a solicitar licença especial de ruído, para a execução do Gasoduto Mangualde – Celorico – Guarda, nas datas: 3/8, 10/8, 15/8, 24/8 e 31/8 de 2013.-----

-----Sobre o assunto e em conformidade com as informações técnicas, foi proferido despacho do Senhor Presidente da Câmara com o seguinte teor: “Deferido nos termos do parecer da Chefe de Divisão.”-----

-----**A Câmara, nos termos da lei, deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do Senhor Presidente da Câmara, com o seguinte teor: “Deferido nos termos do parecer da Chefe de Divisão.”**-----

-----**3.5 ASSUNTO: PROGRAMA VERÃO TOTAL EM CELORICO DA BEIRA - PLANTA DE SINALIZAÇÃO - RATIFICAÇÃO DE DESPACHO**-----

-----Foi presente informação técnica, com registo interno n.º 2618, datada de 1/8/2013, onde refere que no âmbito da realização do programa da RTP1 – Verão Total, no Jardim Parque Carlos Amaral, na Vila de Celorico da Beira, no dia 3/8/2013, há necessidade de se cortar o trânsito nos dias 2 e 3 de agosto, na Avenida da Corredoura, entre as 9:00h do dia

2/8 e as 22:00h do dia 3/8, apresentando para o efeito a respetiva planta de sinalização.-----

-----Sobre o assunto e em conformidade com a informação técnica, foi proferido despacho do Senhor Presidente da Câmara com o seguinte teor: “Deferido.”-----

-----**A Câmara, nos termos da lei, deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do Senhor Presidente da Câmara, com o seguinte teor: “Deferido.”**-----

-----**4 - DESPACHO N.º 15/2013 – RATIFICAÇÃO**-----

-----Submete-se ao Executivo para efeitos de ratificação, nos termos do n.º 3, do art.º 68.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o despacho do dia 30/7/2013, exarado pelo Senhor Presidente da Câmara, na informação, referente à atribuição de um subsídio ao Senhor Rui António Ventura Simões, no valor de 500€, para participação nas Provas Internacionais de Pesca Desportiva para Deficientes 2013.-----

-----**Nos termos da Lei, a Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho emanado pelo Senhor Presidente da Câmara, com data de 30/7/2013, relativo à atribuição de um subsídio ao Senhor Rui António Ventura Simões, no valor de 500€, para participação nas Provas Internacionais de Pesca Desportiva para Deficientes 2013.**-----

-----**5 - COMISSÃO DA FÁBRICA DA IGREJA DA VELOSA**-----

-----**ASSUNTO: APOIO MONETÁRIO**-----

-----Foi presente ofício da Comissão da Fábrica da Igreja de Velosa, com registo de entrada n.º 6764, datado de 30/7/2013, a solicitar apoio monetário para a realização de obras de remoção e substituição do telhado existente na Capela de Santa Ana, que se encontra danificado e com

infiltrações de água, que comprometem a conservação do altar-mor da referida Capela. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** propôs a atribuição de um subsídio no valor de 500€, para que a Comissão Fabriqueira possa fazer face às despesas inerentes à realização das obras. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** disse que a Comissão deveria apresentar uma estimativa de custos com a referida obra, para que pudessem deliberar uma percentagem de comparticipação, sendo que, este critério serviria para situações futuras. -----

-----A Câmara deliberou, por maioria, com uma abstenção do Senhor Vereador Victor Santos, atribuir um subsídio no valor de 500€, à Comissão da Fábrica da Igreja de Velosa, para a realização de obras de remoção e substituição do telhado existente na Capela de Santa Ana daquela freguesia. -----

-----**6 - GABINETE DE AÇÃO SOCIAL**-----

-----**ASSUNTO: PAA - CONTRATO-PROGRAMA PARA A REALIZAÇÃO DA XIV DESCIDA EM CARRINHOS DE ROLAMENTOS DO CADAFAZ**-----

-----**Requerente: Associação de Solidariedade do Cadafaz**-----

-----Foi presente informação interna do Gabinete de Ação Social, com o registo interno n.º 2613, datada de 1/8/2013, referindo que no âmbito do Programa de Apoio ao Associativismo (PAA), entrou na autarquia uma candidatura da Associação de Solidariedade do Cadafaz para realização da XIV Descida em Carrinhos de Rolamentos. Nesta sequência, foi presente minuta de contrato-programa a celebrar entre a referida Associação e o Município de Celorico da Beira, bem como, apoio financeiro a atribuir à referida atividade. -----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o contrato-programa a celebrar entre a Associação de Solidariedade do Cadafaz e o Município de Celorico da Beira, nos termos do PAA, cujo apoio financeiro será no montante de 1000€.**-----

-----**7 - SECÇÃO DE CONTABILIDADE E PATRIMÓNIO**-----  
-----**ASSUNTO: BENEFÍCIOS RELATIVOS À INTERIORIDADE -**  
**IMT/2014**-----

-----Foi presente informação da Secção de Contabilidade e Património, com o registo interno n.º 2623, datada de 2/8/2013, documento cuja cópia se anexa a esta ata, considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião, referindo que de acordo com o n.º 3, do artigo 43.º, dos Estatutos dos Benefícios Fiscais (EBF), ficam isentas de pagamento de IMT as aquisições por jovens com idade compreendida entre os 18 e os 35 anos de idade, de prédio ou fração autónoma de prédios urbanos situados nas áreas beneficiárias, destinado exclusivamente à primeira habitação própria, desde que o valor sobre o qual iria incidir o imposto não ultrapasse os valores máximos de habitação a custos controlados acrescidos de 50%, e de prédios ou frações autónomas de prédios urbanos, desde que situados nas áreas beneficiárias e afetos duradouramente à atividade das empresas.-----

-----Mais informa, que estas isenções ficam dependentes de autorização do órgão deliberativo conforme n.º 5, do artigo 43.º, dos EBF.-----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, isentar do imposto municipal sobre as tramitações onerosas de imóveis (IMT) as aquisições constantes do n.º 3, do artigo 43.º, dos Estatutos dos Benefícios Fiscais e submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal, conforme o n.º 5 do artigo 43.º, dos EBF.**-----



**-----7.1 ASSUNTO: TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM/2014-----**

-----Foi presente informação da Secção de Contabilidade e Património, com o registo interno n.º 2622, datada de 2/8/2013, documento cuja cópia se anexa a esta ata, considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião, dando conhecimento de que a Taxa Municipal de Direitos de Passagem surgiu com a Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro, tendo sido deliberado a sua implementação no ano de 2007. -----

-----Mais informa que, para que esta taxa seja cobrada no ano de 2014, é necessária deliberação da Câmara e Assembleia Municipal até ao fim do mês de dezembro para fixar o percentual, não podendo ultrapassar os 0,25%, sendo que, a taxa atual praticada pelo Município é a máxima.-----

-----Face ao exposto, o Senhor Presidente propôs que seja implementada a taxa de 0,25%, no Município de Celorico da Beira, para o ano de 2014. -----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar e submeter à Assembleia Municipal, de acordo com a alínea a), do n.º 6, do art.º 64.º, da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, para apreciação e aprovação do percentual de 0,25%, relativo à Taxa Municipal de Direitos de Passagem, para vigorar no ano de 2014, nos termos do proposto, ao abrigo da alínea e), n.º 2, do art.º 53.º, da Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro.**-----

**-----7.2 ASSUNTO: TAXAS DE IMI PARA 2014-----**

-----Foi presente informação da Secção de Contabilidade e Património, com o registo interno n.º 2621, datada de 2/8/2013, documento cuja cópia se anexa a esta ata, considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião, a fim de ser dado cumprimento ao estipulado na alínea f), do n.º 2, do art.º 53.º, da Lei n.º 5-

A/2002, de 11 de Setembro, uma proposta, para a fixação da taxa do IMI, para o ano 2014, com os seguintes quocientes:-----

-----Prédios rústicos: 0,8%; Prédios urbanos: 0,5% a 0,8% e Prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI: 0,3% a 0,5%.-----

-----Informa ainda, que as taxas atuais são de 0,8% para os prédios rústicos, 0,7% para os prédios urbanos e 0,4% para os prédios avaliados nos termos do CIMI. No entanto, por força da adesão do Município ao Programa de Apoio à Economia Local, bem como, da situação de desequilíbrio estrutural, deverá o Município aplicar as novas taxas máximas previstas na Lei para 2014.-----

-----**A Câmara deliberou, por maioria, com uma abstenção do Senhor Vereador Victor Santos, estabelecer uma taxa de 0,8% para prédios rústicos; de 0,8% para prédios urbanos e de 0,5% para prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI, para o ano de 2014.**-----

-----**Foi ainda deliberado submeter à aprovação da Assembleia Municipal, os valores em referência de acordo com o estipulado na alínea f), do n.º 2, do art.º 53.º, da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.**-----

### -----**7.3 ASSUNTO: APLICAÇÃO DA DERRAMA/2014**-----

-----Foi presente informação da Secção de Contabilidade e Património, com o registo interno n.º 2625, datada de 2/8/2013, documento cuja cópia se anexa a esta ata, considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião, referindo que de acordo com o artigo 14.º, da Lei das Finanças Locais (LFL), os Municípios podem deliberar lançar anualmente uma derrama, até ao limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento sobre o IRC. Também e de acordo com o n.º 4, do mesmo artigo, a Assembleia Municipal pode, por proposta da Câmara Municipal, deliberar lançar taxa reduzida de derrama para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse 150 000€. Atualmente, o Município cobra a taxa máxima, de

acordo com a alínea h), do n.º 1, do art.º 11.º, do Decreto-Lei n.º 38/2008, onde é referido que nos planos de reequilíbrio financeiro tem que estar previsto o lançamento da derrama pelo seu limite máximo de 1,5%, nos termos do n.º 14.º, da LFL. -----

-----Informa ainda, que o n.º 2, do art.º 6.º, da Lei 43/2012, que regulamenta a adesão do Município ao Programa de Apoio à Economia Local, também remete para o art.º 11.º, do Decreto-Lei n.º 38/2008, pelo que, deverá o Executivo propor à Assembleia o lançamento da taxa máxima da derrama para 2014. -----

-----**Nos termos da alínea a), do n.º 6, do art.º 64.º, do Decreto-Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua atual redação, e para os efeitos previstos na alínea f), do n.º 2, do art.º 53.º, do mesmo diploma, a Câmara deliberou, por maioria, com uma abstenção do Senhor Vereador Victor Santos, submeter à aprovação da Assembleia Municipal, o lançamento de 1,5% de derrama, para o ano de 2014.** -----

-----**7.4 ASSUNTO: NOMEAÇÃO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS**-----

-----Foi presente informação da Secção de Contabilidade e Património, com o registo interno n.º 2694, datada de 9/8/2013, documento cuja cópia se anexa a esta ata, considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião, relativa à adjudicação do procedimento para “Aquisição de Serviços de Revisor Oficial de Contas”. ---

-----**Nos termos do Relatório da Avaliação das Propostas, a Câmara deliberou, por unanimidade, adjudicar a Aquisição de Serviços de Revisor Oficial de Contas ao concorrente “Fonseca & Paiva SROC, Lda.”, pelo valor de 7.176,00€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -**

-----**Deliberou ainda, por unanimidade, submeter à Assembleia Municipal a nomeação do ROC, nos termos do n.º 2, do art.º 48.º, da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro.**-----

-----**7.5 ASSUNTO: 2.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO 2013**-----

-----Foi presente informação da Secção de Contabilidade e Património, com registo interno n.º 2689, datada de 8/8/2013, cuja cópia se apensa a esta ata, considerando-se integralmente reproduzida e que fica arquivada em pasta respeitante a esta reunião, submetendo ao Executivo para aprovação a 2.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano de 2013. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** disse que a 2.ª Revisão ao Orçamento e GOP's do ano de 2013 apresentada, vem no seguimento da recalendarização em termos de obra e financiamento comunitário do projeto "Beneficiação da Rede Viária do Concelho", que inclui a obra de beneficiação da EN 16, e que passará também a incluir um investimento na EM 554 (Mesquitela) previsto para 2014. Aproveita-se também esta revisão, para se seguir uma recomendação da DGAL no que diz respeito ao equilíbrio entre despesas correntes e receitas correntes, onde é solicitado que os Municípios revelem nos seus orçamentos o saldo orçamental da gerência anterior como receita numa rubrica específica. No caso do Município de Celorico da Beira, o montante em causa é de 192.885,09€. -----

-----Disse ainda, que foram efetuados igualmente os respetivos ajustes na receita relativa à comparticipação comunitária, bem como, nalgumas rubricas de despesa, tendo-se reduzido o orçamento do Município em 646.914,91€. -----

-----**A Câmara deliberou, por maioria, com uma abstenção do Senhor Vereador Victor Santos, aprovar os documentos supramencionados e submetê-los à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea c), n.º 2, do art.º 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua atual redação.**-----

-----8 - **SECÇÃO DE ÁGUAS E SANEAMENTO/RSU/LIMPEZA E HIGIENE**-----

-----**ASSUNTO: CONDUTA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA AO BAIRRO DE S. FRANCISCO - CASAS DE SOEIRO**-----

-----Foi presente informação da Secção de Águas e Saneamento/RSU/Limpeza e Higiene, com registo interno n.º 1892, datada de 3/6/2013, informando que na sequência dos danos provocados com a instalação da válvula redutora de pressão na conduta de abastecimento de água nas habitações de alguns moradores, no Bairro de S. Francisco – Casas de Soeiro, conforme descrito na informação, cuja cópia se apensa a esta ata, considerando-se integralmente reproduzida e que fica arquivada em pasta respeitante a esta reunião, foi solicitado à seguradora se estes danos eram contemplados no contrato de seguro, tendo a mesma respondido que **“de acordo com o estatuído, nomeadamente no ponto 6 – Exclusões, alínea p), que refere: Além das exclusões previstas nas condições gerais da apólice, esta cobertura não garante: p) falha, flutuação, corte ou restrição do fornecimento de água...”**. Pelo exposto, concluímos que a ocorrência em apreço não se encontra garantida, pelo que, lamentamos mas não podemos assumir a regularização dos danos reclamados.”. -----

-----Assim e atendendo ao exposto, propõe que seja atribuído, a cada lesado, uma nota de crédito no sistema de gestão de águas, para que os valores a indemnizar sejam descontados na fatura da água. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** começou por informar que a execução da conduta de abastecimento ao Bairro de S. Francisco, nas Casas de Soeiro, foi efetuada pelas AdZC e posteriormente, o serviço de piquete da Câmara Municipal colocou a mesma em funcionamento. Em consequência disso e atendendo ao excesso de pressão de água, vários municípios tiveram danos e avarias em equipamentos nas suas habitações.

No entanto, o serviço de piquete, imediatamente, restabeleceu o abastecimento de água pela conduta habitual, tendo também sido colocada uma válvula de pressão. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** pretendeu saber se foi aberto algum inquérito interno para apurar responsabilidades e saber o que realmente aconteceu, ao que o Senhor **Presidente da Câmara** respondeu que não. -----

-----De seguida, questionou porque não existe no processo, nenhum parecer da Jurista da autarquia relativamente à interpretação das cláusulas contratuais, efetuada pela companhia de seguros, uma vez que refere que a ocorrência não se encontra garantida, pelo que, não assumem a regularização dos danos reclamados.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** disse que segundo a Jurista, a Câmara Municipal terá de efetuar o pagamento aos munícipes lesados, uma vez que o seguro não assume, e o erro foi da autarquia. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** considera que a ser assim, existem algumas lacunas a nível das cláusulas do seguro, sendo que, as mesmas deveriam ser analisadas pela Jurista. -----

-----O Senhor **Vereador José Luís Cabral** disse que a seguradora não assume estes danos, uma vez que os mesmos não foram provocados por uma avaria, mas sim, pela intervenção dos serviços técnicos da autarquia, que não tiveram o cuidado de verificar a pressão da água. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** questionou se o seguro de responsabilidade civil não cobre danos provocados a terceiros, decorrentes de acidentes ocorridos no âmbito dos trabalhos efetuados pelos funcionários da autarquia, o mesmo não deveria ser revisto no sentido de

prever essa situação. Na sua opinião, vão decidir sobre um assunto, onde houve uma falha grave, sem que tenha havido um inquérito interno de apuramento de responsabilidades, bem como, sem um parecer jurídico que valide a interpretação das cláusulas contratuais, efetuada pela seguradora. Disse ainda, que, caso o seguro de responsabilidade civil não cubra os danos provocados a terceiros, decorrentes dos trabalhos efetuados pelos funcionários da autarquia, existe uma vulnerabilidade da Câmara Municipal em termos das cláusulas dos seguros. -----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, efetuar o pagamento aos munícipes lesados, de acordo com os valores apresentados na informação técnica.**-----

-----**9 - PEDIDO DE ENCERRAMENTO TEMPORÁRIO DA ESTRADA MUNICIPAL 555 - RATIFICAÇÃO DE DESPACHO**-----

-----**Requerente: Rui Miguel Fonseca Venâncio**-----

-----Foi presente para ratificação despacho do Senhor Vice-Presidente da Câmara do dia 7/8/2013, que deferiu o pedido de encerramento temporário da estrada municipal (EM) 555, para o dia 11 de agosto de 2013, das 16h às 19h, no troço compreendido entre o edifício da Junta de Freguesia desta localidade e o alto de S. Domingos, para o evento desportivo denominado XIV Descida em Carrinhos de Rolamentos do Cadafaz, apresentado pelo Senhor Rui Miguel Fonseca Venâncio. -----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do Senhor Vice-Presidente da Câmara, relativo ao pedido de encerramento temporário da estrada municipal (EM) 555, para o dia 11 de agosto de 2013, das 16h às 19h, para o evento desportivo denominado XIV Descida em Carrinhos de Rolamentos do Cadafaz.**-----

**-----10 - ACIDENTE OCORRIDO NA ROTUNDA DO MONUMENTO DE HOMENAGEM DO CENTENÁRIO DA IMPLANTAÇÃO DA REPÚBLICA – PAGAMENTO DE DANOS-----**

-----Foi presente informação da Secção de Património, com registo interno n.º 2603, datada de 1/8/2013, dando conhecimento de que no dia 7 de junho de 2013, ocorreu um acidente na Rotunda do Monumento de Homenagem do Centenário da Implantação da República, originado por uma tampa de águas pluviais elevada. -----

-----Nessa sequência, foi feita uma participação à companhia de seguros Fidelidade, que vem dizer o seguinte: *“De acordo com as condições particulares do vosso contrato de seguro, nomeadamente no seu ponto 6 – exclusão: alínea g), encontram-se excluídos os danos causados por tampas de esgoto da rede de saneamento”*. -----

-----Informa ainda, que a Câmara tem a responsabilidade de manter a via pública em bom estado de circulação, propondo o pagamento dos danos causados ao veículo do sinistrado.-----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** referiu que esta situação evidencia o que referiu relativamente aos danos provocados pela conduta de água, ou seja, que as interpretações das cláusulas contratuais dos seguros, efetuadas pelas seguradoras, deveriam ser validadas formalmente pela Jurista da Câmara, e se, na interpretação da Jurista, o seguro de responsabilidade civil não cobrir os danos provocados a terceiros, decorrentes de acidentes ocorridos no âmbito dos trabalhos efetuados pelos funcionários da autarquia, o mesmo deveria ser revisto no sentido de prever essa situação. Na sua opinião, estes acidentes deveriam originar um inquérito interno de apuramento de responsabilidades, bem como, um parecer jurídico formal que valide a interpretação das cláusulas contratuais efetuada pela seguradora, uma vez que, como este acidente evidencia, caso o acidente tivesse provocado a morte ao condutor da moto, os danos que a Câmara se veria obrigada a reparar seriam bastante



significativos, o que justifica o estudo e revisão das eventuais vulnerabilidades da Câmara Municipal em termos das cláusulas dos seguros de responsabilidade civil.-----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, pagar a reparação do dano causado no veículo, propriedade do Senhor José Augusto Fonseca, no montante de 1.308,30€, conforme orçamento anexo à informação.**-----

-----**ALTERAÇÃO DA DATA DA REUNIÃO DE CÂMARA DO DIA 21/8/2013 PARA O DIA 28/8/2013**-----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, alterar a reunião do dia 21/8/2013 para o dia 28/8/2013, considerando todos os formalismos legais cumpridos. -----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

-----Os textos das deliberações constantes desta ata foram aprovados em minuta para efeitos de eficácia imediata. -----

-----**ENCERRAMENTO**-----

-----Eram 12:30h e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, da qual para constar se lavrou a presente ata, que vai ser assinada, pelo Senhor Presidente e por mim, Sónia Cristina de Almeida Salgado Fernandes, que a secretariei. -----